



# ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

## ANEXO 2 – Socioeconomia

Valorização dos Recursos Hídricos para a  
Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

Revisão 0

Lisboa. 31 de outubro de 2024



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 2 – Socioeconomia

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*Folha em branco*

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 2 – Socioeconomia

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO
0	31/10/2024	Emissão inicial



Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 2 – Socioeconomia

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

*Folha em branco*



## VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

### ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

#### ANEXO 2 – SOCIOECONOMIA

##### ÍNDICE GERAL

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DEMOGRÁFICA</b>	<b>1</b>
2.1	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE .....	1
2.2	DINÂMICA DEMOGRÁFICA .....	7
2.3	ESTRUTURA ETÁRIA.....	14
<b>3</b>	<b>ANÁLISE SOCIOECONÓMICA</b>	<b>18</b>
3.1	TECIDO EMPRESARIAL POR SECTOR .....	18
3.2	EMPREGO POR SECTOR .....	23
3.3	QUALIFICAÇÕES .....	26

##### ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Variação populacional na área de estudo entre 2001 e 2011, INE.....	3
Figura 2 – Variação populacional na área de estudo entre 2011 e 2021, INE.....	4
Figura 3 – Taxa de crescimento natural em 2011, INE. ....	9
Figura 4 – Taxa de crescimento natural em 2020, INE. ....	10
Figura 5 – Taxa de crescimento migratório em 2011, INE. ....	11
Figura 6 – Taxa de crescimento migratório em 2020, INE. ....	12
Figura 7 – Taxa de crescimento efetivo em 2011, INE.....	13

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Figura 8 – Taxa de crescimento efetivo em 2020, INE.....	14
Figura 9 – Índice de envelhecimento em 2011, INE. ....	15
Figura 10 – Índice de envelhecimento em 2020, INE. ....	16
Figura 11 – Índice de dependência total em 2011, INE. ....	17
Figura 12 – Índice de dependência total em 2020, INE. ....	18
Figura 13 – Empresas do sector primário em 2019, INE.....	19
Figura 14 – Empresas do sector secundário em 2019, INE.....	20
Figura 15 – Empresas do sector terciário em 2019, INE. ....	20
Figura 16 – População ativa no sector primário em 2011, INE.....	23
Figura 17 – População ativa no sector secundário em 2011, INE.....	24
Figura 18 – População ativa no sector terciário em 2011, INE. ....	24
Figura 19 – Taxa de analfabetismo em 2011, INE.....	27
Figura 20 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico em 2019/2020, INE. ....	28
Figura 21 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário em 2019/2020 , INE.....	28
Figura 22 – Proporção da população residente com o ensino superior completo em 2011, INE. ....	30

### ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Regiões (NUS II), NUTS III e concelhos abrangidos pela área de estudo.....	1
Tabela 2. Dimensão populacional e taxa de evolução entre 2011 e 2021, INE.....	6
Tabela 3. Valor Acrescentado Bruto das empresas por sector de atividade em 2019, INE .....	21
Tabela 4. Pessoal ao serviço das empresas por sector de atividade em 2019, INE.....	25



## VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

### ANEXO 2 – SOCIOECONOMIA

#### 1 INTRODUÇÃO

No presente anexo apresenta-se a caracterização socioeconómica da área de estudo.

#### 2 ANÁLISE DEMOGRÁFICA

##### 2.1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

A área de estudo para a Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste abrange um total de 43 concelhos. Estes encontram-se distribuídos por 3 regiões que correspondem a 3 NUTS II (Área Metropolitana de Lisboa (AML), Alentejo e Centro), e 7 NUTS III, nomeadamente, Beira Baixa, Médio Tejo, Oeste e Região de Leiria (no Centro), Lezíria do Tejo (no Alentejo) e Área Metropolitana de Lisboa, que é, simultaneamente, NUTS II e NUTS III.

Na tabela abaixo estão identificadas as localizações de cada concelho nas NUTS II e NUTS III correspondentes.

Tabela 1. Regiões (NUS II), NUTS III e concelhos abrangidos pela área de estudo

Região (NUTS II)	NUTS III	Concelho
Centro	Beira Baixa	Proença-a-Nova
		Vila Velha de Ródão
		Abrantes
		Alcanena
		Constância
	Médio Tejo	Entroncamento
		Ferreira do Zêzere
		Mação
		Ourém
		Sardoal
		Tomar

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

Região (NUTS II)	NUTS III	Concelho
Oeste	Oeste	Torres Vedras
		Vila Nova da Barquinha
		Alcobaça
		Alenquer
		Arruda dos Vinhos
		Bombarral
		Cadaval
		Caldas da Rainha
		Lourinhã
		Nazaré
		Óbidos
		Peniche
		Sobral de Monte Agraço
		Torres Vedras
Alentejo	Região de Leiria	Batalha
		Porto de Mós
	Lezíria do Tejo	Almeirim
		Alpiarça
		Azambuja
		Benavente
		Cartaxo
		Chamusca
		Coruche
		Golegã
		Rio Maior
		Salvaterra de Magos
		Santarém
		Alcochete
Área Metropolitana de Lisboa	Área Metropolitana de Lisboa	Loures
		Mafra
		Palmela
		Vila Franca de Xira

A extensão desta área, que cobre quase na totalidade a longitude territorial do centro país, faz com que sejam abrangidos territórios com dinâmicas sociais e demográficas distintas,

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

relacionadas com fatores geográficos de longo prazo e cujas intensidades e influências têm tido consequências diferenciadas no tempo e no espaço.

A este nível, são principalmente notórias as dicotomias existentes entre os territórios do interior, mais afetados por fenómenos de perda e envelhecimento populacional, e os mais próximos do litoral, especialmente os mais próximos da AML, que registam maior efetivo e dinamismo demográfico.

As diferenças existentes nos universos populacionais de cada município são bem expressas pelos dados dos anos censitários. Os dados preliminares dos Censos 2021 permitem identificar 3 concelhos com efetivos populacionais abaixo dos 4.000 residentes, designadamente, Vila Velha de Ródão (Beira Baixa), Constância e Sardoal (Médio Tejo). No extremo oposto, encontravam-se 2 concelhos da AML, nomeadamente, Loures, o mais populoso com um total de 201.646 residentes, seguido por Vila Franca de Xira, com 137.659.

A dimensão dos efetivos populacionais reflete-se ainda em matéria de densidade populacional, que está também relacionada com o perfil de ocupação destes concelhos, sendo que os situados na AML e áreas imediatamente envolventes apresentam maiores densidades, tradicionalmente associadas a um perfil mais urbano, ao passo que os do interior têm densidades mais reduzidas, associadas a um padrão de ruralidade mais forte.

Neste âmbito, importa também considerar a dinâmica demográfica que afetou a área de estudo desde o início do século e que conduziu à dimensão populacional atual.

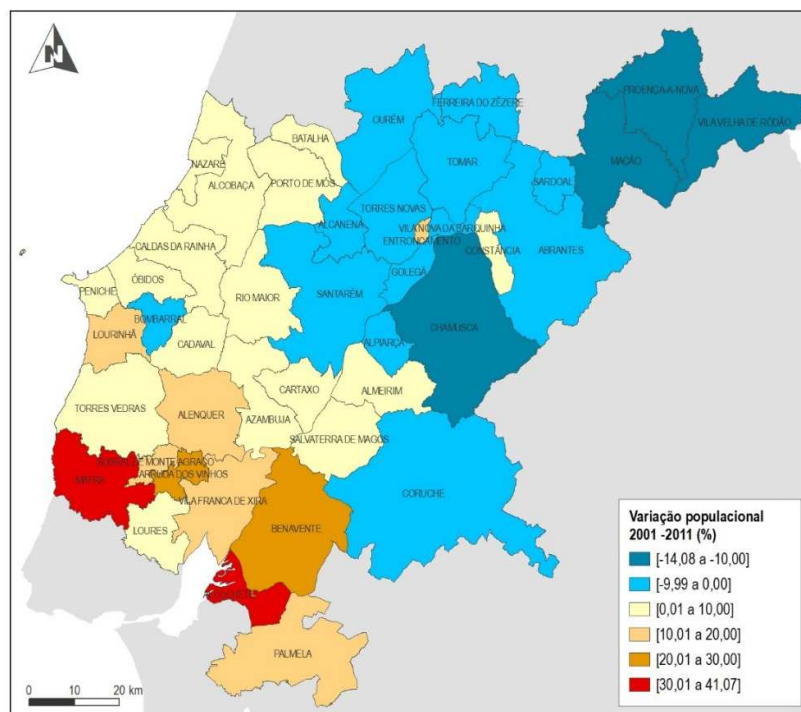


Figura 1 – Variação populacional na área de estudo entre 2001 e 2011, INE.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Efetivamente, durante o período 2001-2021 são notórias algumas diferenças no que diz respeito à dinâmica demográfica, quer do ponto de vista da sua expressão territorial quer do ponto de vista da sua dinâmica temporal.

De um modo geral, entre 2001 e 2011, os concelhos mais próximos da AML e os que estão enquadrados na sub-região Oeste, apresentam uma variação positiva da sua população, sendo que os da Lezíria do Tejo, Médio Tejo e Beira Baixa apresentam uma variação negativa, principalmente relevante no caso dos mais distantes do litoral, como Mação, Proença-a-Velha e Vila Velha de Ródão.

A taxa de variação populacional sofre alterações relevantes no período 2011 – 2021. Esta situação está em linha com o que ocorre a nível nacional, já que o total de população residente no país baixou dos 10.562.178 para os 10.347.892 (o que corresponde a uma perda na ordem dos 2%). No entanto, em alguns concelhos da área de estudo a situação de perda foi mais acentuada, tendo-se registado diminuições populacionais iguais ou superiores a 10% em 8 concelhos, nomeadamente, Proença-a-Nova (Beira Baixa), Abrantes, Alcanena, Mação, Sardoal e Tomar (Médio Tejo), Chamusca e Coruche (Lezíria do Tejo).

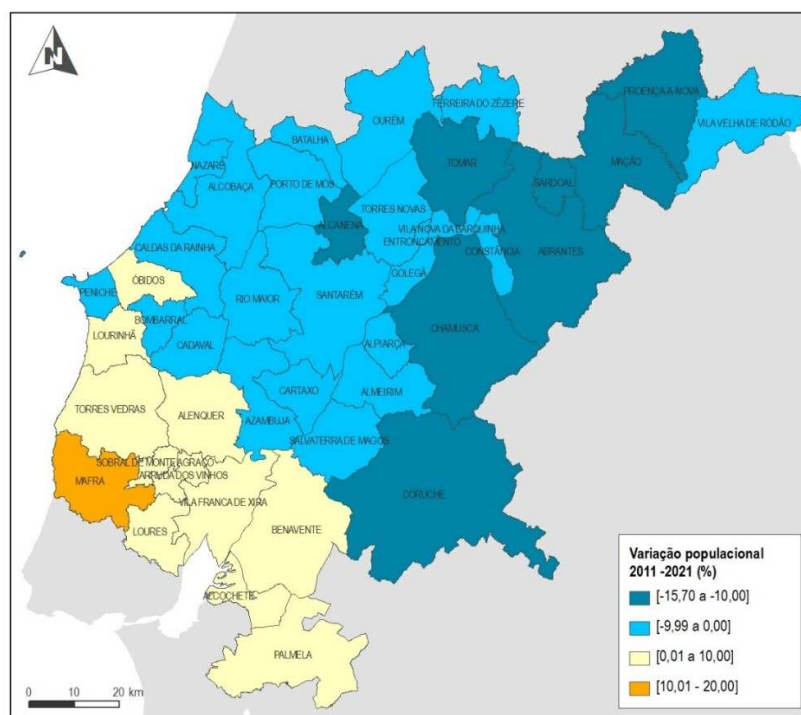


Figura 2 – Variação populacional na área de estudo entre 2011 e 2021, INE.

Em termos absolutos, entre 2011 e 2021, o efetivo populacional residente na totalidade dos concelhos da área de estudo passou dos 1.383.442 para os 1.373.501, uma perda de 9.941 residentes que, em termos relativos, corresponde a 0,7%.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

No entanto, se não considerados os concelhos enquadrados na AML, o efetivo populacional, teria tido uma perda ainda maior, passando dos 889.977 em 2011 para os 859.646 em 2021, uma redução superior a 30 mil residentes, correspondente a uma quebra de 3,4%.

Esta situação reflete também um acentuar das diferenças entre concelhos em função da sua localização, com aqueles situados mais interiores a serem mais intensamente afetados pela perda populacional, comparativamente aos que estão mais a litoral.

Não obstante, é também notório que, se em 2001-2011, a generalidade dos concelhos do Oeste tinham uma variação positiva, em 2011-2021 a mancha que reflete a situação de perda populacional já abrange boa parte deste território, com destaque para os concelhos mais distantes da AML.

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

Tabela 2. Dimensão populacional e taxa de evolução entre 2011 e 2021, INE

NUTS III	Concelho	População residente em 2021 (N.º)	Taxa de evolução da população residente entre 2011 e 2021 (%)
Beira Baixa	Proença-a-Nova	7.147	-14,0
	Vila Velha de Ródão	3.287	-6,6
	Abrantes	34.351	-12,6
	Alcanena	12.478	-10,0
	Constância	3.801	-6,3
	Entroncamento	20.140	-0,3
	Ferreira do Zêzere	7.803	-9,5
Médio Tejo	Mação	6.417	-12,6
	Ourém	44.576	-3,0
	Sardoal	3.526	-10,5
	Tomar	36.444	-10,4
	Torres Vedras	34.149	-7,0
	Vila Nova da Barquinha	7.035	-3,9
Oeste	Alcobaça	54.981	-3,0
	Alenquer	44.428	2,7
	Arruda dos Vinhos	13.983	4,4
	Bombarral	12.743	-3,4
	Cadaval	13.382	-5,9
	Caldas da Rainha	50.898	-1,6
	Lourinhã	26.261	2,0
	Nazaré	14.889	-1,8
	Óbidos	11.940	1,4
	Peniche	26.419	-4,8
	Sobral de Monte Agraço	10.542	3,8
	Torres Vedras	83.130	4,6
Região de Leiria	Batalha	15.553	-1,6
	Porto de Mós	23.211	-4,6
Lezíria do Tejo	Almeirim	22.033	-5,7
	Alpiarça	6.986	-9,3
	Azambuja	21.421	-1,8
	Benavente	29.747	2,5
	Cartaxo	23.211	-5,1

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

NUTS III	Concelho	População residente em 2021 (N.º)	Taxa de evolução da população residente entre 2011 e 2021 (%)
	Chamusca	8.536	-15,7
	Coruche	17.375	-12,9
	Golegã	5.400	-8,7
	Rio Maior	21.021	-0,8
	Salvaterra de Magos	21.632	-2,4
	Santarém	58.770	-4,8
	Alcochete	19.148	9,0
Área Metropolitana de Lisboa	Loures	201.646	1,1
	Mafra	86.523	12,8
	Palmela	68.879	9,6
	Vila Franca de Xira	137.659	0,6

Fonte: INE, 2021

Neste contexto, os únicos concelhos em que o efetivo populacional registou um aumento foram Alenquer, Arruda dos Vinhos, Lourinhã, Óbidos, Sobral de Monte e Agraço e Torres Vedras, no Oeste, Alcochete, Loures, Mafra, Palmela e Vila Franca de Xira, na AML e Benavente, na Lezíria do Tejo.

Esta situação permite concluir pela existência de condições de base e tendências demográfica diferenciadas na área de estudo, que terão reflexos na generalidade dos indicadores utilizados nesta análise.

As dicotomias entre o interior e o litoral apresentam tendência de agravamento, o que irá exacerbar as diferenças sociais e económicas que atualmente já existem. Neste âmbito, os concelhos mais próximos da AML aparentam beneficiar de uma maior capacidade de atração e fixação populacional deste território, o que contribui para o reforço da sua população residente.

### 2.2 DINÂMICA DEMOGRÁFICA

A dinâmica populacional observada no ponto anterior é o resultado direto dos processos demográficos que, em função da sua evolução histórica, social e económica dos territórios apresentam expressão diferenciada nos vários concelhos.

Um dos aspetos relevantes para esta dinâmica está relacionado com a natalidade, isto é, o número de nascimentos ocorridos em determinado horizonte temporal. Dados do INE, indicam que a taxa bruta de natalidade ao nível nacional se situou nos 8,2‰ em 2020, uma redução de 1‰ face ao valor observado em 2011.

No conjunto de concelhos em estudo, apenas 11 tinham uma taxa bruta de natalidade superior ao valor nacional. Em alguns casos, esta taxa é inferior a 5‰, casos de Mação e Sardoal, ambos com 4,3‰, e de Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, com 4,4‰ e 4,5‰, respetivamente.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Pelo contrário, os concelhos com maior taxa bruta de natalidade são Loures (10‰), Vila Franca de Xira (9,5‰) e Benavente (9,4‰), situados na AML.

Um dos fatores transversais a quase toda a área de estudo é a redução da taxa bruta de natalidade face aos valores registados em 2011, já que apenas Alcobaça (0,4‰), Proença-a-Nova (0,2‰), Rio Maior (0,9‰) e Vila Velha de Ródão (0,2‰) tiveram uma variação positiva. Note-se que alguns destes concelhos apresentavam uma taxa bruta de natalidade bastante baixa em 2011, pelo que o seu aumento ligeiro poderá não ser suficiente para alterar a tendência demográfica vigente.

O conceito demográfico antagónico ao da natalidade é o de mortalidade, e é normalmente expresso sob a forma de taxa bruta de mortalidade, que observa a quantidade de óbitos ocorridos face ao universo de população residente.

Neste caso, há uma inversão da situação observada na taxa bruta de natalidade, já que os concelhos com menor número de nascimentos são também aqueles têm proporção mais elevada de óbito. Em 2020, encontravam-se nesta situação Mação e Sardoal, com uma taxa bruta de mortalidade, de 28,4‰ e 24,7‰, respetivamente, e Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, com 23,1‰ e 23,2‰.

Pelo contrário, a taxa bruta de mortalidade tinha os seus valores mais baixos em Mafra (8,7‰), Vila Franca de Xira (8,9‰), Arruda dos Vinhos (9‰) e Alcochete (9,2‰). Em termos comparativos, o valor nacional da taxa bruta de mortalidade situou-se nos 12‰ em 2020, tendo tido um aumento de 1,1‰ face a 2011.

Comparativamente a 2011, a taxa bruta de mortalidade registou um aumento em quase todos os concelhos, já que apenas o Bombarral (0,1‰), Sobral de Monte Agraço (1,2‰) e Vila Velha de Ródão (3‰) tiveram uma diminuição deste indicador.

A situação observada ao nível das taxas brutas de natalidade e mortalidade permite concluir por uma maior incidência do fenómeno de perda populacional por via de um elevado número de óbitos e reduzido número de nascimentos em concelhos como Sardoal e Mação (Médio Tejo) ou Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão (Beira Baixa).

Estas dinâmicas transparecem também no saldo natural e na taxa de crescimento natural dos territórios em causa, que permitem um balanço do dinamismo demográfico a partir da evolução das variáveis relacionadas com a mortalidade e natalidade.

Em 2020, dados do INE indicam que o saldo natural, foi negativo em quase todos os concelhos em estudo, à exceção de Loures, Mafra e Vila Franca de Xira, em que os nascimentos superaram os óbitos em 26, 6 e 87, respetivamente. Isto significa que, nesse ano, apenas nesses 3 concelhos a evolução demográfica natural teve trajetória positiva.

Os dados relativos à taxa de crescimento natural refletem essa situação, denotando a prevalência dos óbitos comparativamente aos nascimentos. Os concelhos que tinham taxa de crescimento natural mais elevada eram Loures (0,01%), Mafra (0,01%) e Vila Franca de Xira (0,06%), já que os demais têm uma taxa de crescimento natural negativa, com destaque para Mação (-2,41%), Sardoal (-2,04%), Proença-a-Nova (-1,87%) e Vila Velha de Ródão (-1,88%).

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Isto significa que, por via da ação natural, e se considerado apenas o resultado do diferencial entre nascimentos e óbitos, todos os concelhos à exceção de Loures, Mafra e Vila Franca de Xira terão uma diminuição do seu efetivo populacional.

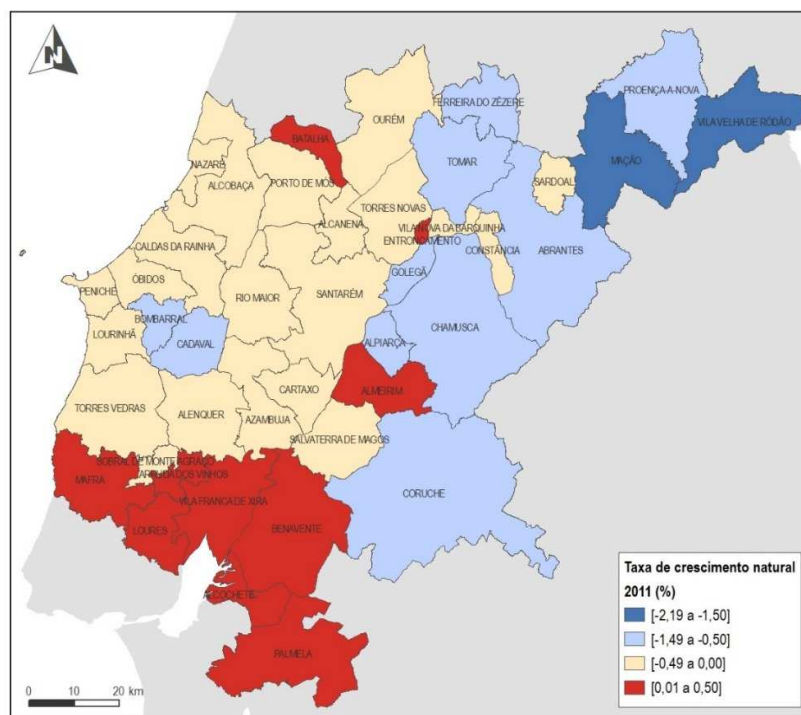


Figura 3 – Taxa de crescimento natural em 2011, INE.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

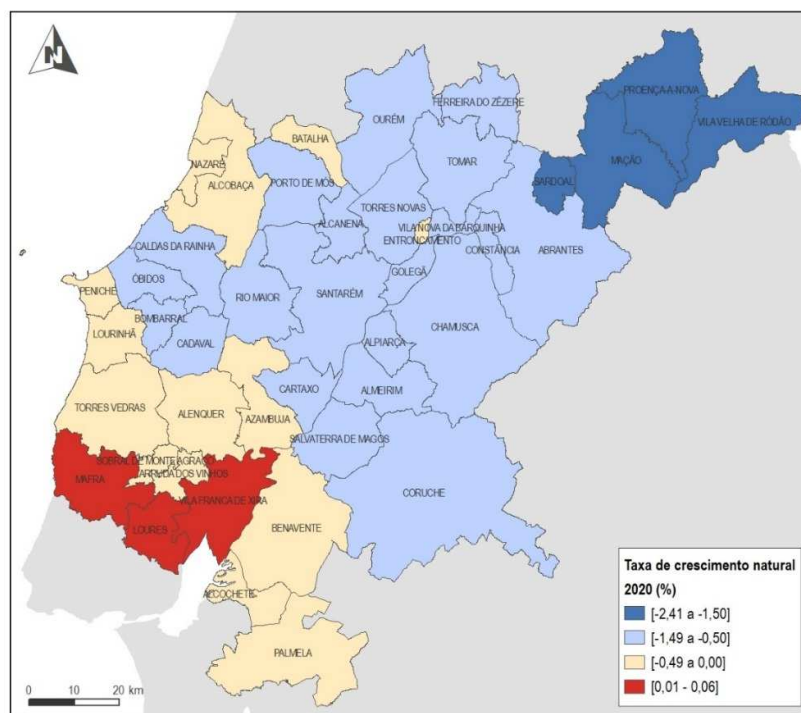


Figura 4 – Taxa de crescimento natural em 2020, INE.

No entanto, a dinâmica demográfica é também influenciada pela entrada e saída de residentes nos territórios, aspeto que tem vindo a ganhar importância acrescida no fenómeno demográfico nacional e que, em vários territórios, tem um papel importante na atenuação dos efeitos do saldo natural negativo, contribuindo para a estabilização e o dinamismo populacional. É neste âmbito, que o saldo migratório e a taxa de crescimento migratório são igualmente relevantes para a caracterização da dinâmica demográfica.

Se em 2011 Portugal apresentava um saldo migratório deficitário, já que os que saíam do país eram mais do que os que entravam (défice de 24.311), ao longo da última década ocorreu uma inversão dessa situação, refletindo-se no facto de, em 2020, Portugal ter tido um saldo migratório situado nas +41.274 pessoas.

Esta capacidade de atração ao nível nacional tem expressão diferenciada nos vários concelhos que integram a área de estudo. Em 2011, eram vários os que apresentavam saldo migratório positivo, refletindo uma certa capacidade de atração de nova população, contrariando até a situação nacional.

No período em análise, a generalidade dos concelhos da área de estudo registou uma evolução positiva. Em 2011, 19 concelhos tinham saldo migratório negativo, valor que baixou para apenas 2 em 2020 (Vila Franca de Xira e Coruche).

Os concelhos que, em 2020, registavam saldo migratório mais elevado eram Loures (1.256), Torres Novas (1.006) e Caldas da Rainha (898). Como já referido, Vila Franca de Xira e Coruche apresentavam os saldos migratórios mais baixos, com -81 e -37, respetivamente.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

O resultado da dinâmica migratória é expresso pela taxa de crescimento migratório, que relaciona o saldo migratório com a população residente, permitindo identificar os concelhos em que a migração tem maior preponderância face ao universo populacional existente.

Neste âmbito, destacam-se os concelhos de Arruda dos Vinhos, com uma taxa de crescimento migratório de 2,47% em 2020, seguindo-se Sobral de Monte Agraço (2,09%) e Óbidos (2,02%). Nestes concelhos, a entrada de fluxos migratórios tem maior relevância devido aos seus menores efetivos populacionais comparativamente a outros concelhos com saldos migratórios mais elevados, mas que são diluídos num universo populacional de maior dimensão, como é o caso de Loures.

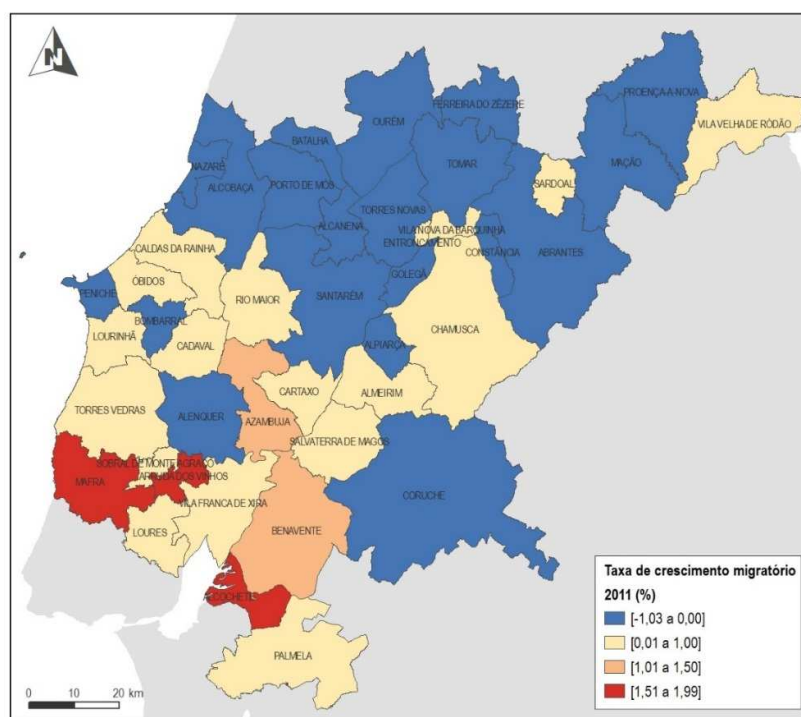


Figura 5 – Taxa de crescimento migratório em 2011, INE.

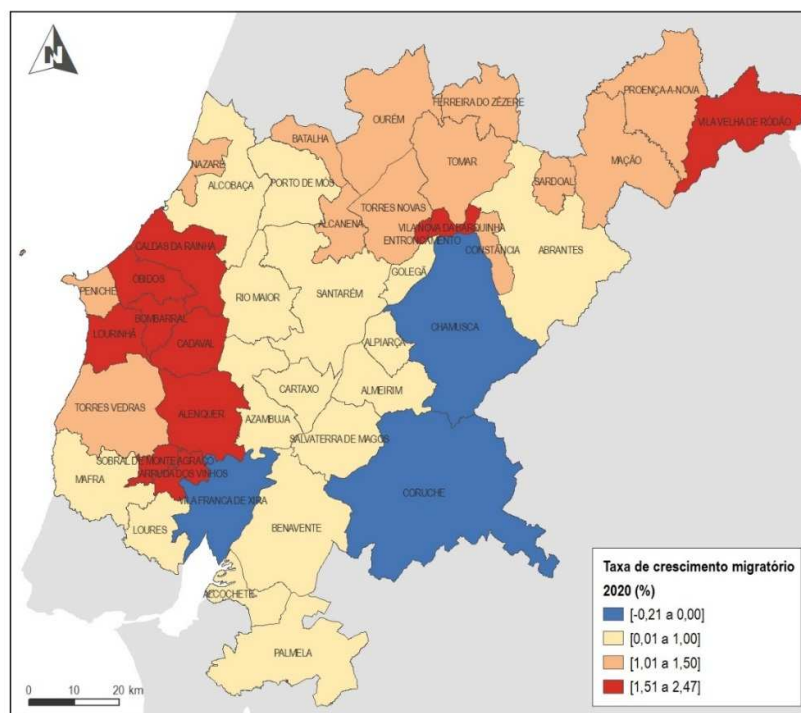


Figura 6 – Taxa de crescimento migratório em 2020, INE.

Das dinâmicas de evolução migratória e natural resulta o processo de evolução demográfica, que, em síntese, pode ser considerado como positivo, nos casos em que ocorre um aumento populacional, ou negativo, nos casos em que se verifica uma diminuição da população residente.

Neste âmbito, o saldo efetivo e a taxa de crescimento efetivo são os indicadores que refletem a dinâmica demográfica final, que resulta da interação de todos os processos naturais (nascimentos e óbitos) e migratórios (entradas e saídas).

Desta forma, conclui-se que, no que diz respeito ao saldo efetivo, em 2020, a generalidade dos concelhos (27 em 43) tem um saldo efetivo positivo, quando em 2011 os concelhos nessa condição eram 14.

O saldo efetivo médio da totalidade dos concelhos situa-se nos 125 indivíduos, valor que subiu comparativamente a 2011, quando se situava nos 63. Isto significa que ocorreu um aumento da população residente na área de estudo.

No entanto, esta dinâmica é bastante variável, havendo concelhos com saldos negativos com alguma dimensão, designadamente, Santarém (-334) ou Coruche (-283), e outros com valores elevados, como Loures (1.282) ou Torres Vedras (750).

No entanto, em termos relativos, o saldo efetivo tem efeitos diferenciados, em função do efetivo populacional de cada concelho, sendo que a taxa de crescimento efetivo considera essa dimensão e permite aferir com maior rigor e comparabilidade o impacto das mudanças no quantitativo populacional.



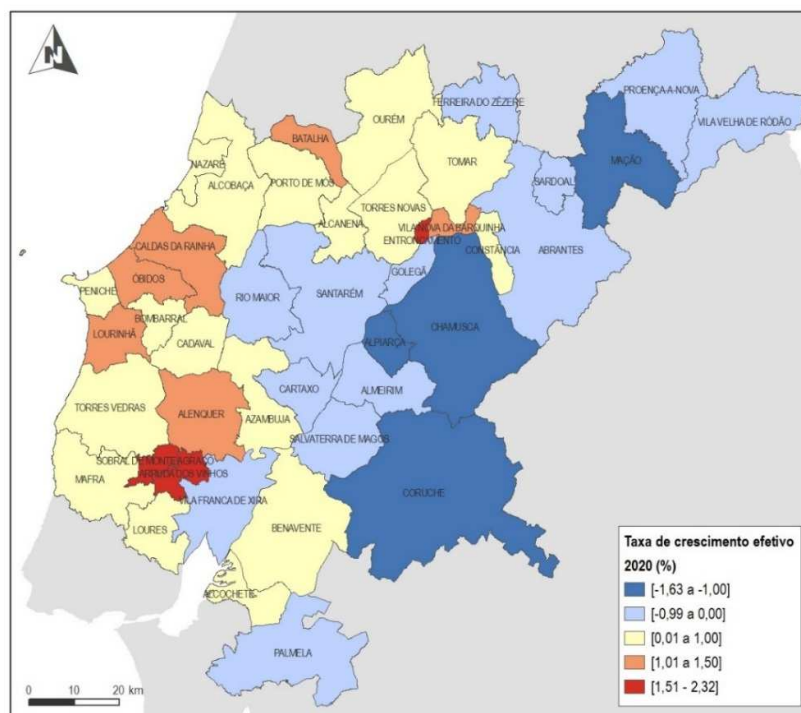


Figura 8 – Taxa de crescimento efetivo em 2020, INE.

### 2.3 ESTRUTURA ETÁRIA

A evolução da estrutura etária da população residente é parte relevante para a análise e caracterização demográfica, uma vez que permite identificar aspetos estruturantes como o envelhecimento populacional. Neste ponto será também analisado o peso das classes etárias mais jovens e mais velhas face à população em idade ativa que, em última análise, constitui o universo populacional disponível para trabalhar e promover a sustentabilidade social e económica dos territórios em que residem.

Também neste domínio a diversidade de dinâmicas que se desenvolvem na área de estudo têm impactes e intensidades diferenciadas. O índice de envelhecimento populacional, que reflete o peso da população com 65 e mais anos de idade face à população jovem (até aos 14 anos), transparece a dinâmica de envelhecimento populacional que afeta de forma transversal a generalidade dos países e regiões europeias, à qual Portugal não é exceção.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

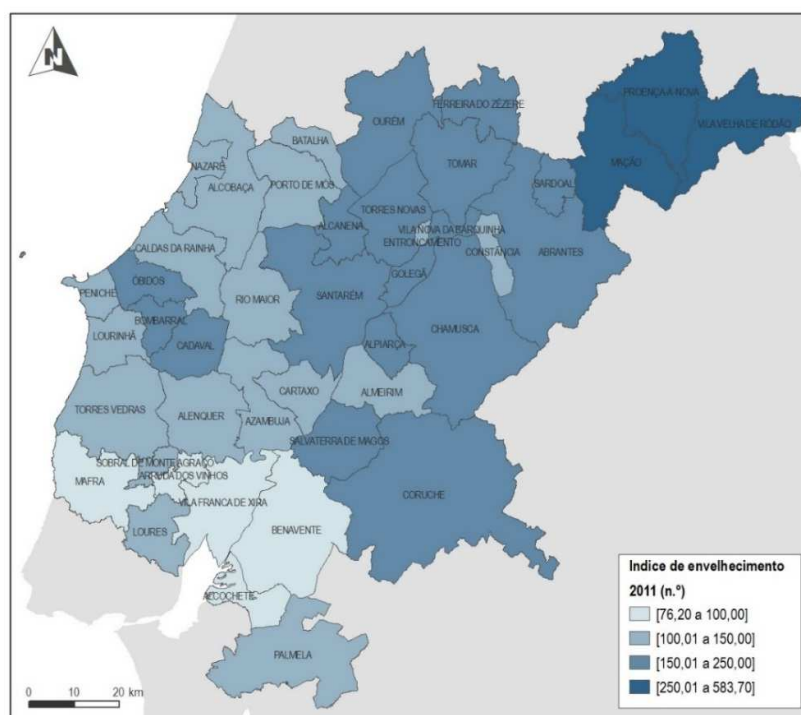


Figura 9 – Índice de envelhecimento em 2011, INE.

Em 2011 o índice de envelhecimento ao nível nacional situava-se nos 127,6, sendo que em 2020 esse valor tinha subido para 167. Nos concelhos da área de estudo, era Vila Velha de Ródão que tinha o índice de envelhecimento mais elevado, com 623,7, ainda que este valor constitua uma descida face ao registado em 2011, situado nos 695,1.

Em todos os outros concelhos o peso da população idosa face à população jovem aumentou, sendo que o que registou o maior aumento foi Coruche, que passou de um índice de envelhecimento de 243,3 para 317,7.

Os concelhos integrados na AML, bem como aqueles mais próximos deste território ainda que integrados noutras unidades territoriais, como Benavente, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Sobral de Monte Agraço são os que têm índice de envelhecimento mais baixo, onde se destacam Mafra, com 101,5 e Alcochete, com 104,9.

Para esta situação resulta o aumento da longevidade populacional, mas principalmente o decréscimo de nascimentos e de população jovem o que, a prazo, constitui um entrave relevante à renovação populacional.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

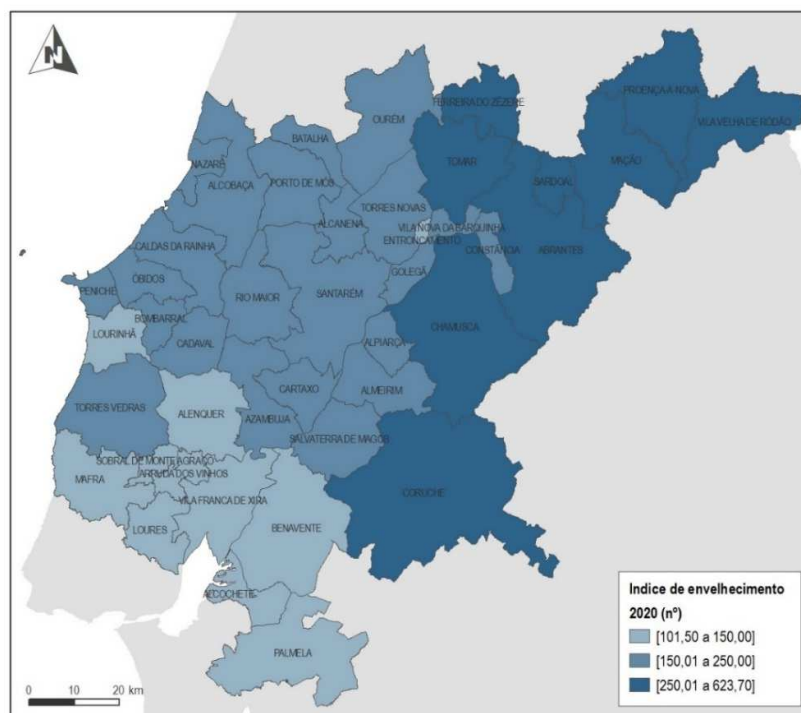


Figura 10 – Índice de envelhecimento em 2020, INE.

A redução da população jovem face à população em idade ativa, está refletida no índice de dependência de jovens que, à exceção da Nazaré e Loures, diminuiu em todos os concelhos entre 2011 e 2020.

Os concelhos onde a população com idade até aos 14 anos tinha menor expressão face à população em idade ativa eram Vila velha de Ródão (10,8), Mação (12,7) e Proença-a-Nova (13,1). No extremo oposto encontravam-se Loures (25,5), Mafra (23,9) e Alcochete (23,6).

Se considerado o índice de dependência de idosos, que observa o peso da população com mais de 65 anos face à população em idade ativa, é notório um aumento na generalidade da área de estudo.

Entre 2011 e 2020, 36 concelhos registaram um aumento deste índice. Ainda que Mação e Vila Velha de Ródão tenham tido uma diminuição, de 10,4 e 8,6, respetivamente, eram os concelhos em que este índice era mais elevado, com 60,5 e 67,1.

No extremo oposto encontram-se novamente os concelhos da AML e aqueles mais próximos da mesma, como Mafra (24,3), Alcochete (24,8) e Sobral de Monte Agraço (26,7).

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

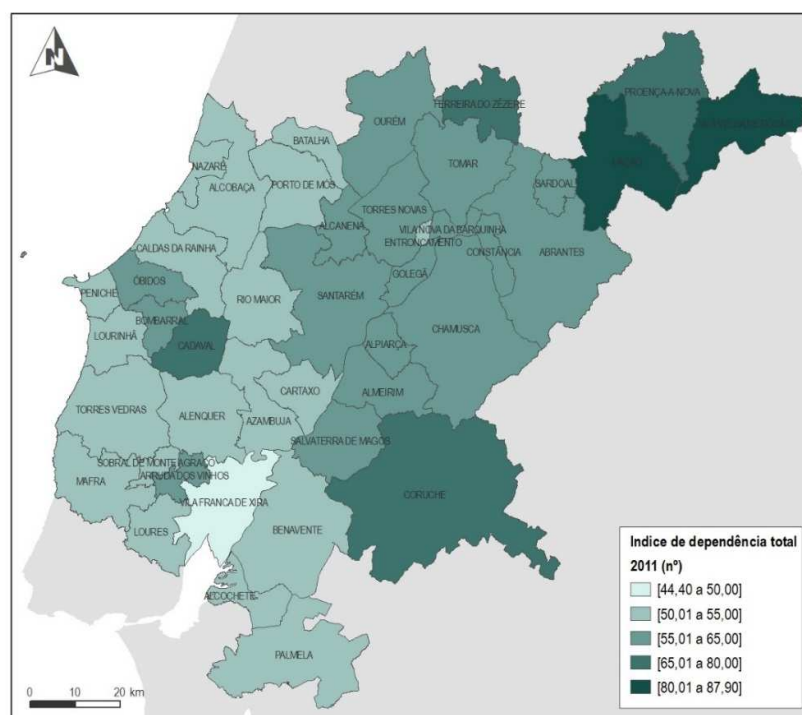


Figura 11 – Índice de dependência total em 2011, INE.

A evolução dos índices de dependência de jovens e idosos é consumada no índice de dependência total, que relaciona o universo da população em idade ativa com a população com idade até aos 14 anos e com mais de 65 anos de idade.

Neste âmbito, refletem-se mais uma vez as dinâmicas diferenciadas, já que há concelhos que apresentam oscilações pouco significativas deste índice, outros com uma redução deste índice entre 2011 e 2020 e outros ainda com um aumento.

Os concelhos em que o índice de dependência total teve maior subida entre 2011 e 2020, refletindo o decréscimo da população em idade ativa face às demais categorias etárias, foram Loures (10,6), Nazaré (9,8) e Vila Franca de Xira (8,1). Pelo contrário, Mação (-14,7), Ferreira do Zêzere (-9,3) e Vila Velha de Ródão (-8,8) tiveram as maiores descidas, sendo que tal se explica devido à situação de partida e a efetivos populacionais mais reduzidos, em que as oscilações na população em idade ativa se refletem de forma mais expressiva neste índice.

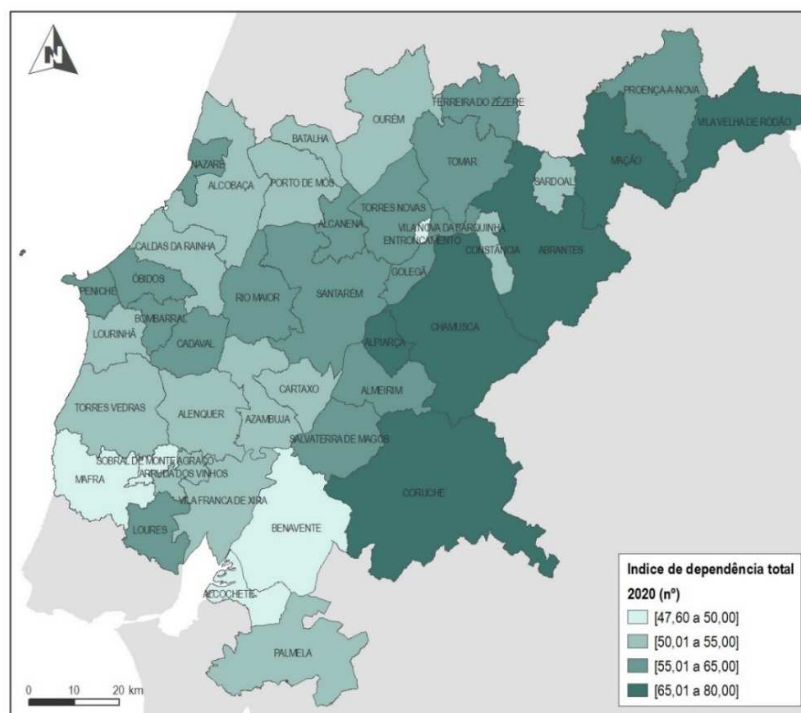


Figura 12 – Índice de dependência total em 2020, INE.

No entanto, tal não impedia o índice de dependência total de alguns desses concelhos fossem o mais elevado em 2020, casos de Vila Velha de Ródão (77,8), Coruche (74,4) e Mação (73,2). No extremo oposto encontravam-se Sobral de Monte Agraço (47,6), Mafra (48,2) e Alcochete (48,4).

De um modo geral, a estrutura etária da população da área de estudo segue a dicotomia litoral-interior, com especial enfoque para o envelhecimento demográfico e a perda de expressão da população jovem nos concelhos da Beira Baixa e da Lezíria do Tejo.

Por outro lado, os concelhos da AML e área imediatamente envolvente apresentam uma tendência de envelhecimento mais moderada, ainda que a mesma seja já notória de 2011 para 2020.

### 3 ANÁLISE SOCIOECONÓMICA

#### 3.1 TECIDO EMPRESARIAL POR SECTOR

À semelhança do observado no ponto relativo à análise demográfica, é expectável que os mecanismos socioeconómicos históricos e as características geográficas dos concelhos determine uma realidade diversificada em termos sociais e económicos.

Esta variabilidade reflete-se em aspetos relevantes como a distribuição do emprego e empresas pelos vários sectores de atividade. Para simplificar a análise, e considerando o âmbito do estudo relativo à Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste, é

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

realizada uma abordagem organizada em função dos 3 sectores de base da atividade económica<sup>1</sup>, designadamente, o primário (associado à agricultura), secundário (ligado à indústria e à transformação) e o terciário (relacionado com o comércio e serviços).

Considerando esta organização da atividade económica, dados do INE relativos a 2019 indicavam existir um total de 154.916 empresas nos concelhos da área de estudo. Destas, 15.217 estavam enquadradas no sector primário, 21.159 no secundário e 118.540 no terciário, o que corresponde a uma proporção de, respetivamente, 9,8%, 13,5% e 76,5%.

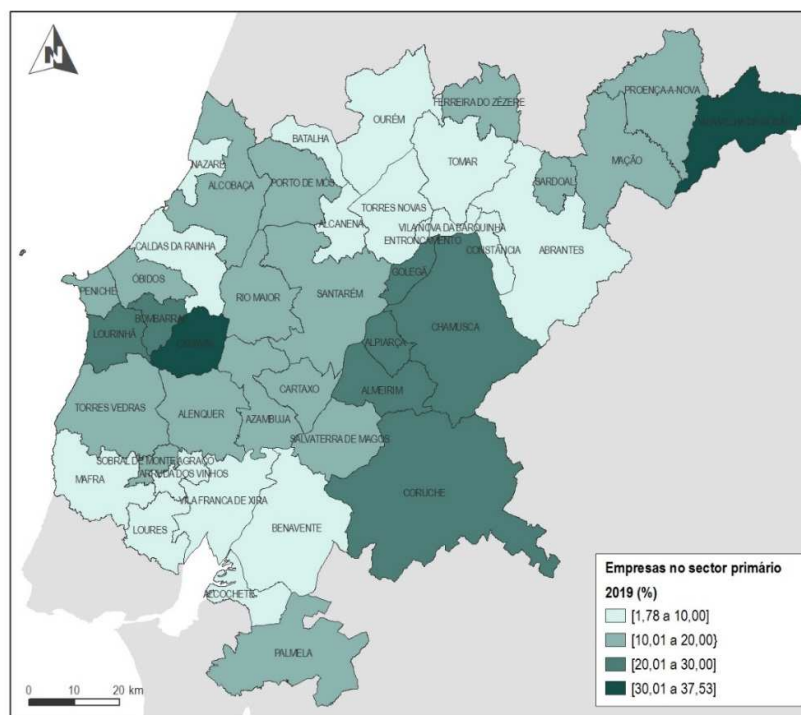


Figura 1 – Empresas do sector primário em 2019, INE.

<sup>1</sup> Os dados apresentados resultam do agrupamento dos sectores de atividade económica da Divisão – CAE Rev. 3 nos 3 sectores de base da organização tradicional das atividades económicas, de acordo com a seguinte distribuição:

Sector primário - Agricultura, produção animal, caça, floresta, pesca e indústrias extrativas;

Sector secundário - Indústrias transformadoras, eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos, despoluição e construção;

Sector terciário – restantes divisões.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

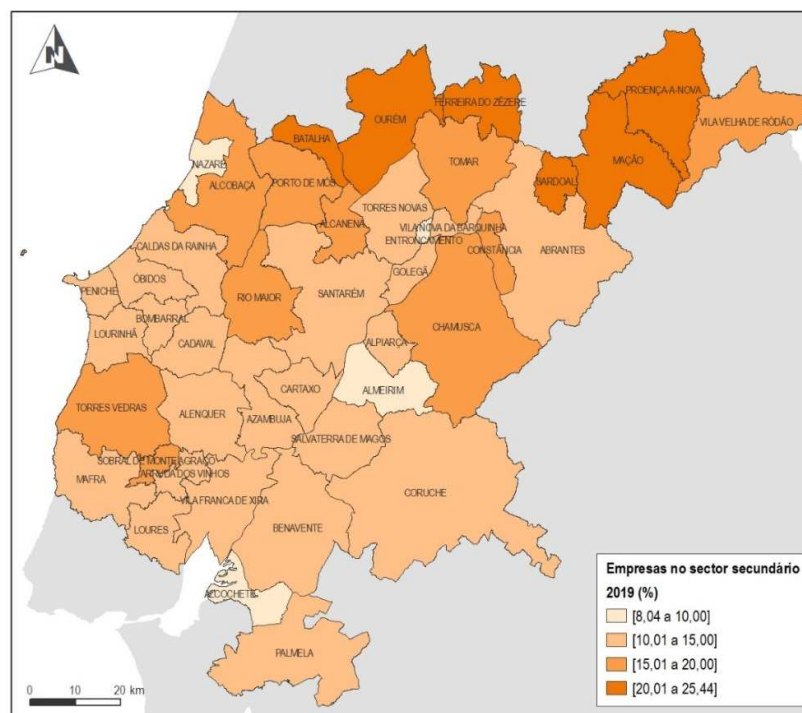


Figura 2 – Empresas do sector secundário em 2019, INE.

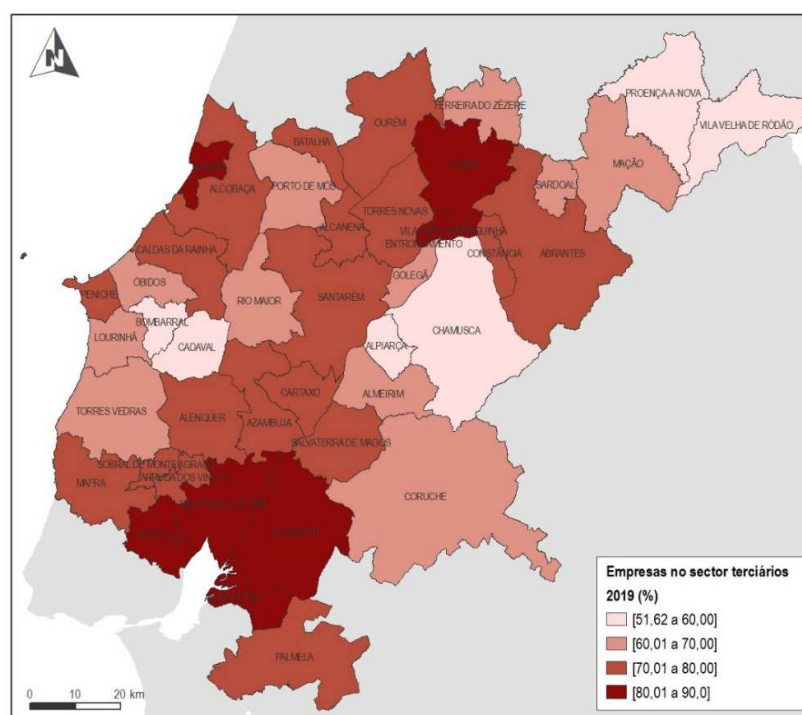


Figura 3 – Empresas do sector terciário em 2019, INE.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Considerando os dados ao nível do município, em termos médios, o sector primário tem uma expressão de 13,3% no total de empresas existentes, sendo que nos sectores secundário e terciário é onde se enquadram 14,7% e 71,8%, respetivamente.

Esta situação reflete a prevalência do sector terciário na atividade empresarial destes concelhos face aos demais sectores de atividade. No entanto, em vários concelhos as empresas do sector primário têm expressão preponderante no universo de empresas existentes, casos do Cadaval ou de Vila Velha de Ródão, em que as empresas do sector primário representam 37,1% e 32,2%, respetivamente, do total de empresas.

Além destes, existem outros em que a expressão das empresas deste sector de atividade se situa também perto dos 30%, nomeadamente, Bombarral, Almeirim, Alpiarça, Chamusca, Coruche e Golegã.

No extremo oposto, em que as empresas do sector primário têm menor expressão destacam-se os concelhos de Loures (1,8%), Vila Franca de Xira (2,2%) e o Entroncamento (2,4%), sendo também nestes concelhos que as empresas do sector terciário têm maior expressão face ao total de empresas.

Para além da dimensão do tecido empresarial por sector atividade económica, é pertinente analisar o resultado da atividade produtiva destas empresas, a partir do Valor Acrescentado Bruto (VAB), disponibilizado pelo INE, para 2019.

Para os concelhos em que foi possível apurar a totalidade dos valores<sup>2</sup> relativos ao sector primário, destaquem-se os concelhos da Lourinhã em que as empresas do sector primário têm um VAB que constitui 30,3% do total concelhio, ou Ferreira do Zêzere, com 30% do VAB total a provir do sector primário.

Além destes, noutros concelhos para os quais existem dados, o VAB resultante da atividade das empresas do sector primário representa cerca de 25% do VAB concelhio, como Bombarral, Alpiarça e Coruche.

Tabela 3. Valor Acrescentado Bruto das empresas por sector de atividade em 2019, INE

NUTS III	Concelho	VAB total (€)	VAB do sector primário (%)	VAB do sector secundário (%)	VAB do sector terciário (%)
Beira Baixa	Proença-a-Nova	28.950.736	2,8	41,7	52,2
	Vila Velha de Ródão	86.090.293	0,6	92,3	3,4
	Abrantes	263.550.448	2,3	75,3	22,4
Médio Tejo	Alcanena	141.040.046	0,4	41,0	58,6
	Constância	47.098.064	1,1	88,2	7,5
	Entroncamento	107.729.122	0,0	55,9	43,7

<sup>2</sup> Neste âmbito, os concelhos de Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Vila Nova da Barquinha, Loures, Mafra, Vila Franca de Xira, Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Rio Maior e Salvaterra de Magos têm limitações nos dados disponibilizados relativos VAB das empresas de alguns sectores devido ao segredo estatístico, condicionando uma análise mais detalhada.

Valorização dos Recursos Hídricos para a Agricultura no Vale do Tejo e Oeste

ANEXO 2 – Socioeconomia

# ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

NUTS III	Concelho	VAB total (€)	VAB do sector primário (%)	VAB do sector secundário (%)	VAB do sector terciário (%)
	Ferreira do Zêzere	53.632.447	30,0	46,5	23,3
	Mação	18.962.864	0,0	39,9	50,3
	Ourém	405.603.280	5,7	39,5	54,8
	Sardoal	12.619.295	6,2	53,5	40,4
	Tomar	133.157.209	4,2	38,1	57,7
	Torres Vedras	231.420.166	2,5	42,0	55,5
	Vila Nova da Barquinha	11.148.803	2,1	22,6	75,1
	Alcobaça	440.306.455	11,2	44,7	44,1
	Alenquer	359.020.416	3,5	54,5	42,0
	Arruda dos Vinhos	101.996.480	2,6	28,5	68,9
Oeste	Bombarral	86.126.133	25,8	21,9	52,3
	Cadaval	66.167.475	19,9	21,5	58,6
	Caldas da Rainha	382.314.169	5,2	25,9	68,9
	Lourinhã	176.918.525	30,3	23,0	46,0
	Nazaré	72.646.459	5,1	26,4	64,4
	Óbidos	88.212.369	9,4	21,0	69,2
	Peniche	147.245.020	15,0	33,5	49,3
	Sobral de Monte Agraço	70.888.686	3,1	31,6	65,4
	Torres Vedras	703.938.922	7,5	35,4	55,8
	Batalha	171.213.977	2,1	47,9	49,9
Região de Leiria	Porto de Mós	218.589.766	8,0	65,3	26,7
Lezíria do Tejo	Almeirim	102.475.132	25,1	21,2	52,8
	Alpiarça	40.284.942	24,6	39,6	34,9
	Azambuja	170.054.162	5,9	33,2	61,0
	Benavente	287.142.096	2,4	35,3	62,3
	Cartaxo	111.867.463	7,6	43,9	46,3
	Chamusca	54.613.086	17,4	62,4	19,7
	Coruche	85.446.177	23,1	26,4	50,5
	Golegã	29.404.078	15,4	49,1	35,4
	Rio Maior	174.428.031	12,1	51,8	35,7
	Salvaterra de Magos	85.742.354	13,7	24,1	61,9
	Santarém	395.986.189	11,0	42,3	46,8
	Alcochete	1.877.718.253	0,0	27,4	72,2
	Loures	702.492.923	0,0	28,2	69,8
Área Metropolitana de Lisboa	Maфра	1.120.976.179	1,0	70,4	28,7
	Palmela	1.041.967.624	0,0	37,4	62,1
	Vila Franca de Xira	1.877.718.253	0,0	27,4	72,2

### 3.2 EMPREGO POR SECTOR

No que diz respeito à distribuição do emprego, dados dos Censos de 2011, relativos à população ativa por sector permitem concluir pela importância do sector primário em certos territórios da área de estudo, como em Coruche, Chamusca, Alpiarça e Almeirim, na Lezíria do Tejo, assim como em Ferreira do Zêzere, no Médio Tejo.

Ainda assim, tal não impedia que o sector terciário fosse sempre aquele em que existia maior efetivo populacional a desenvolver funções. Não obstante, alguns concelhos nos quais o sector terciário tinha menor expressão correspondiam àqueles em que o sector primário tinha maior relevância, o que indicia uma certa capacidade de retenção da atividade e dos seus trabalhadores por parte das empresas deste sector.

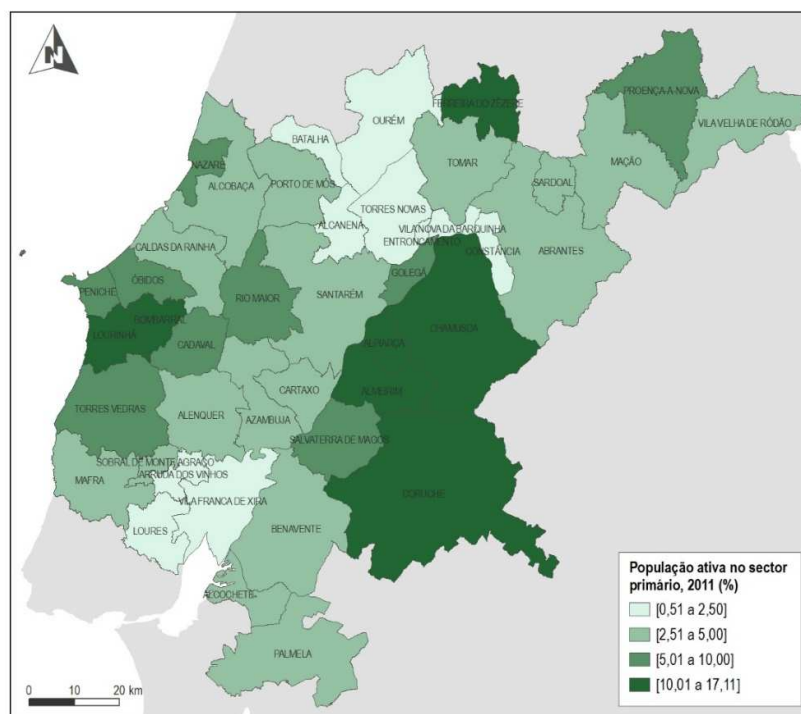


Figura 4 – População ativa no sector primário em 2011, INE.

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

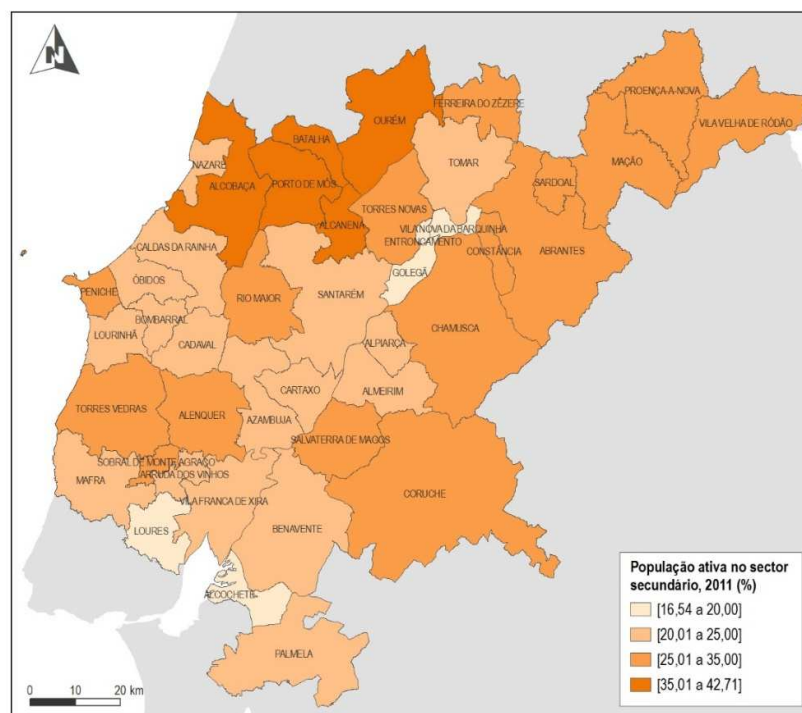


Figura 5 – População ativa no sector secundário em 2011, INE.

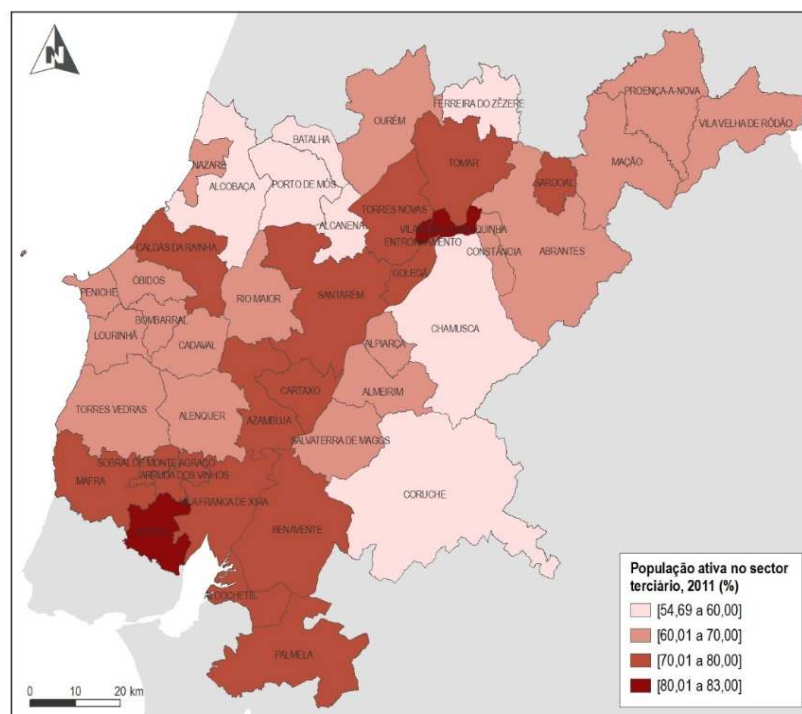


Figura 6 – População ativa no sector terciário em 2011, INE.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Dados mais recentes do INE, referentes a 2019 e ao pessoal ao serviço das empresas organizadas por sectores de atividade económica, ainda que limitados por questões de segredo estatístico<sup>3</sup>, confirmam a manutenção da relevância do sector primário na estrutura local de emprego de alguns concelhos.

São disso exemplo os casos de Coruche e de Alpiarça, em que mais de 28% do pessoal ao serviço desenvolve funções no sector primário. Além destes, a proporção de pessoal ao serviço no sector primário supera os 20% em Bombarral, Cadaval, Lourinhã, Ferreira do Zêzere, Almeirim e Chamusca.

Esta proporção faz com que, em termos proporcionais e em alguns concelhos, o sector primário seja o segundo sector em que se existe maior número de pessoal ao serviço, apenas superado pelo sector terciário que, em todos os concelhos, é sempre aquele com maior expressão.

Tabela 4. Pessoal ao serviço das empresas por sector de atividade em 2019, INE

NUTS III	Concelho	Total de pessoal ao serviço (N.º)	Pessoal ao serviço no sector primário (%)	Pessoal ao serviço no sector secundário (%)	Pessoal ao serviço no sector terciário (%)
Beira Baixa	Proença-a-Nova	1.682	8,7	37,1	52,1
	Vila Velha de Ródão	1.143	12,1	59,8	25,4
	Abrantes	7.960	6,8	37,1	56,1
	Alcanena	6.463	1,4	41,4	57,2
	Constância	1.056	2,9	62,3	31,6
	Entroncamento	4.969	0,0	35,0	63,7
	Ferreira do Zêzere	2.543	23,8	35,8	40,0
Médio Tejo	Mação	1.447	0,0	37,2	51,1
	Ourém	17.919	3,2	34,5	62,3
	Sardoal	710	9,6	34,9	55,5
	Tomar	8.598	4,0	31,6	64,4
	Torres Vedras	10.289	4,5	29,1	66,5
	Vila Nova da Barquinha	937	2,9	15,9	80,6
	Alcobaça	21.006	8,8	39,5	51,7
Oeste	Alenquer	14.660	5,9	39,8	54,3
	Arruda dos Vinhos	5.124	4,6	22,4	73,0
	Bombarral	4.301	22,0	19,6	58,4
	Cadaval	3.902	24,6	20,8	54,6
	Caldas da Rainha	25.191	5,3	16,7	78,0

<sup>3</sup> Neste âmbito, os concelhos de Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Vila Nova da Barquinha, Loures, Mafra, Vila Franca de Xira, Almeirim, Alpiarça, Cartaxo, Chamusca, Golegã, Rio Maior e Salvaterra de Magos têm limitações nos dados disponibilizados relativos ao pessoal ao serviço de empresas de alguns sectores devido ao segredo estatístico, condicionando uma análise mais detalhada.

# ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

NUTS III	Concelho	Total de pessoal ao serviço (N.º)	Pessoal ao serviço no sector primário (%)	Pessoal ao serviço no sector secundário (%)	Pessoal ao serviço no sector terciário (%)
	Lourinhã	8.499	21,1	22,7	55,7
	Nazaré	4.839	6,2	22,3	69,2
	Óbidos	4.723	12,1	20,3	67,3
	Peniche	8.384	11,8	30,9	56,2
	Sobral de Monte Agraço	3.368	5,7	33,2	61,0
	Torres Vedras	31.765	11,7	30,8	57,3
Região de Leiria	Batalha	7.223	3,8	43,2	53,0
	Porto de Mós	8.511	8,2	46,4	45,4
Lezíria do Tejo	Almeirim	6.393	27,1	16,8	55,7
	Alpiarça	2.385	28,7	24,2	46,5
	Azambuja	7.054	8,0	24,9	67,1
	Benavente	11.084	6,6	32,2	61,2
	Cartaxo	5.564	9,9	29,5	59,3
	Chamusca	2.393	27,1	36,6	35,6
	Coruche	4.579	28,8	16,7	54,5
	Golegã	1.495	20,0	33,7	45,9
	Rio Maior	7.185	11,2	37,7	50,6
	Salvaterra de Magos	4.958	12,6	21,0	66,3
	Santarém	18.207	10,0	30,9	59,1
	Alcochete	5.460	8,0	25,2	66,8
Área Metropolitana de Lisboa	Loures	76.977	0,0	21,3	77,9
	Mafra	33.877	0,0	23,2	73,3
	Palmela	30.897	3,5	49,0	47,5
	Vila Franca de Xira	42.475	0,0	24,0	74,9

## 3.3 QUALIFICAÇÕES

No que diz respeito às qualificações da população residente na área de estudo, dados dos Censos de 2011 apontavam para a subsistência de situações de analfabetismo que, em alguns concelhos atingiam mais de 10% do total da sua população, o que constituía um potencial fator de entrave ao desenvolvimento social e económico.

A taxa de analfabetismo mais elevada ocorria em Coruche, em que 14,58% da população não sabia ler nem escrever, seguindo-se Proença-a-Nova (13,01%), Vila Velha de Ródão (12,66%), Mação (11,04%) e Salvaterra de Magos (11,01%). Os demais concelhos registavam taxas de analfabetismo inferiores a 10%, sendo que os que tinham valores mais baixos eram os que se situavam na AML e o Entroncamento.



**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

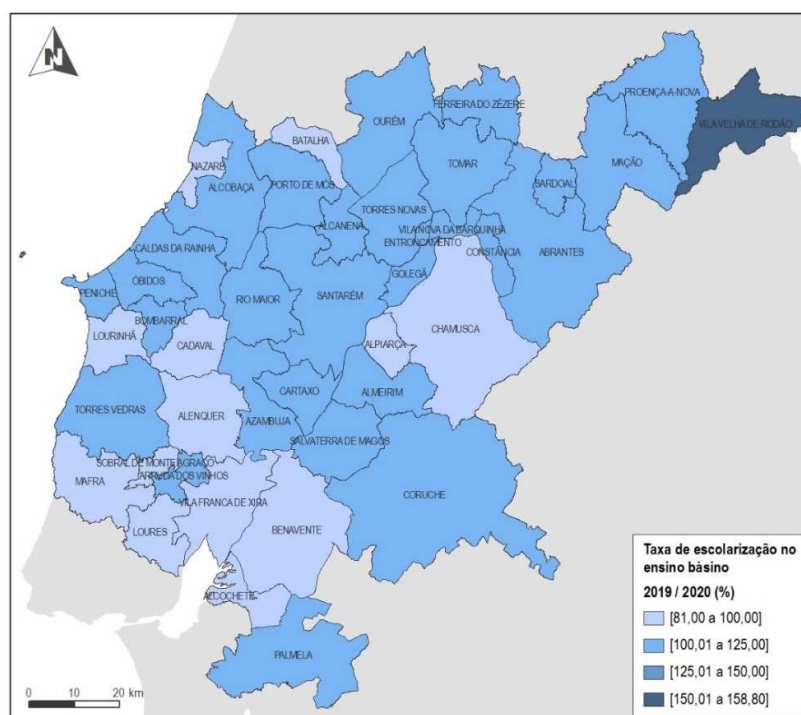


Figura 8 – Taxa bruta de escolarização no ensino básico em 2019/2020, INE.

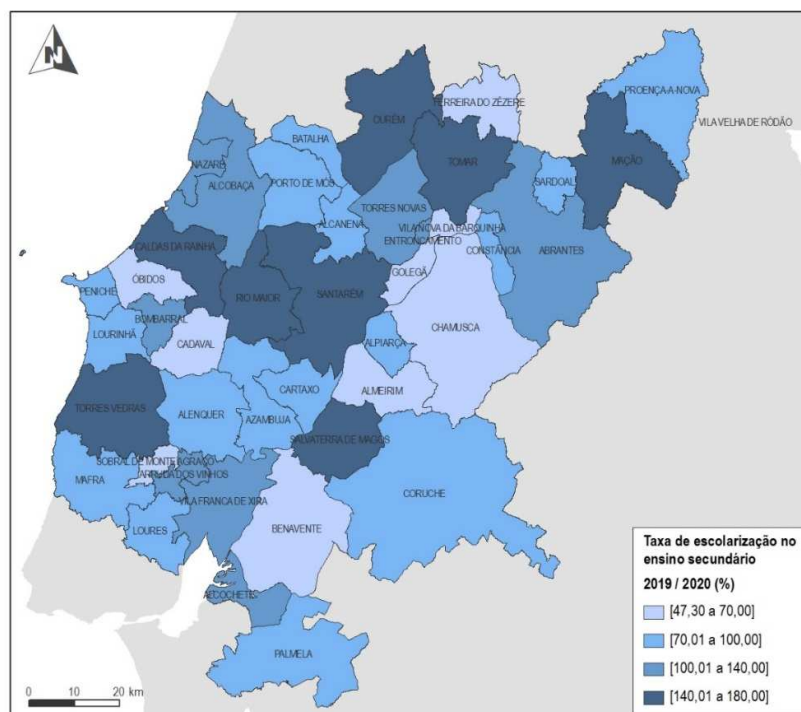


Figura 9 – Taxa bruta de escolarização no ensino secundário em 2019/2020, INE.

## ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE

Considerando a taxa bruta de escolaridade relativa ao ensino secundário, para o mesmo ano letivo, são apenas 17 os concelhos com valor igual ou superior a 100%.

Os concelhos com taxa bruta de escolaridade do ensino secundário mais baixa são Ferreira do Zêzere (47,3%) e Óbidos (50,9%). No entanto, o universo de concelhos cuja taxa se situa abaixo dos 90% é mais extenso, já que para além destes, outros 18 concelhos se encontram em situação semelhante.

Esta situação indicia uma menor capacidade de retenção de alunos neste nível de ensino comparativamente ao ensino básico, facto que é transversal à generalidade dos concelhos da área de estudo, ainda que em alguns casos esta situação tenha maior expressão.

No que diz respeito ao ensino superior, dados dos Censos de 2011 relativos à proporção da população residente com ensino superior concluído, refletem a existência de algumas diferenças entre os concelhos da área de estudo.

Em 24 casos, a proporção da população residente com o ensino superior era igual ou superior a 10%, havendo casos em que essa proporção chega a cerca de 20%, casos de Alcochete (21,4%) ou Entroncamento (19%).

No entanto, há também concelhos em que a população com este nível de ensino se situava em torno dos 6%, como em Ferreira do Zêzere (5,4%), Vila Velha de Ródão (5,6%), Mação (6,2%) ou Chamusca (6,6%).

Este perfil de qualificações altamente diversificado terá impactes na disponibilidade de mão-de-obra mais qualificada ou habilitada com um nível de formação superior, podendo também ter reflexos na tipologia de oferta laboral existente.

Não obstante, e considerando a crescente procura por oferta educativa de nível superior registada na generalidade do país, é expectável que estes valores venham a subir de forma transversal na área de estudo. Ainda que possa vir a ocorrer uma aproximação destes valores, subsistirão sempre algumas diferenças em função da situação económica e social diferenciada nestes territórios, que foi sendo refletida na análise desenvolvida.

**ESTUDO DE VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA A AGRICULTURA NO VALE DO TEJO E OESTE**

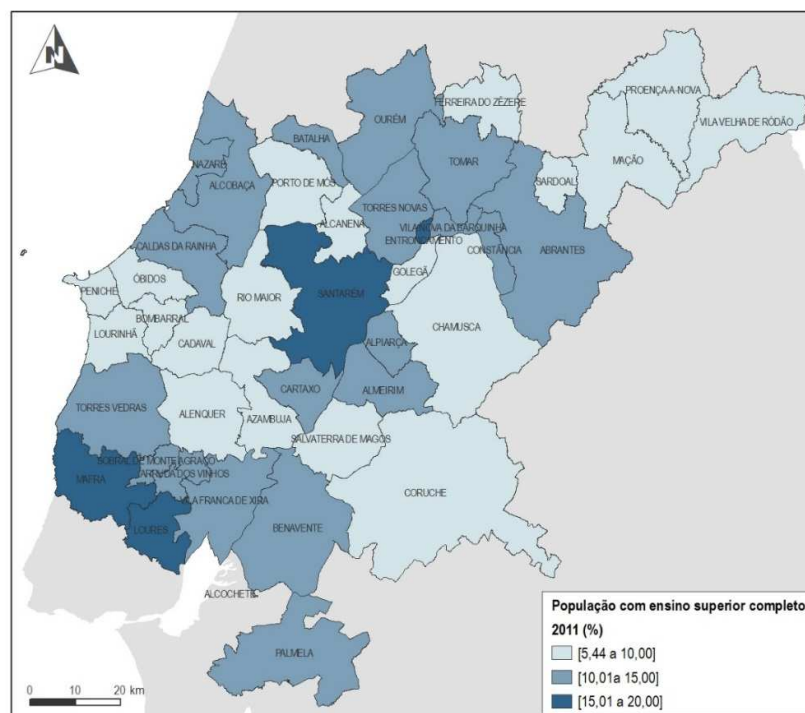


Figura 10 – Proporção da população residente com o ensino superior completo em 2011, INE.